

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	13
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	14
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	15
Demonstração do Valor Adicionado	16

Relatório da Administração	18
----------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	45
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	46
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	47
---	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	48
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	52
--	----

Motivos de Reapresentação	53
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	05/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	05/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	05/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe C	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	05/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	05/04/2011	Dividendo	14/12/2011	Ordinária		0,03303
Assembléia Geral Ordinária	05/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	14/12/2011	Ordinária		0,01779
Assembléia Geral Ordinária	05/04/2011	Dividendo	14/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,01426
Assembléia Geral Ordinária	05/04/2011	Dividendo	14/12/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,01426
Reunião do Conselho de Administração	15/12/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02599
Reunião do Conselho de Administração	15/12/2011	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,03669
Reunião do Conselho de Administração	15/12/2011	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Reunião do Conselho de Administração	15/12/2011	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,03669
Reunião do Conselho de Administração	15/12/2011	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	1.402.059	1.418.978	1.444.131
1.01	Ativo Circulante	48.766	41.437	61.891
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.314	3.912	6.152
1.01.03	Contas a Receber	17.452	12.526	31.707
1.01.03.01	Clientes	582	537	520
1.01.03.01.01	Concessionárias	582	537	520
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.870	11.989	31.187
1.01.03.02.01	Rendas a receber	16.870	11.989	30.628
1.01.03.02.02	Cauções e Depósitos Vinculados	0	0	559
1.01.04	Estoques	4.696	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.468	24.201	23.971
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.468	24.201	23.971
1.01.07	Despesas Antecipadas	664	725	18
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	172	73	43
1.01.08.03	Outros	172	73	43
1.02	Ativo Não Circulante	1.353.293	1.377.541	1.382.240
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.333	5.805	4.742
1.02.01.03	Contas a Receber	1.193	620	403
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.193	620	403
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.140	5.185	4.039
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.140	5.185	4.039
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	0	300
1.02.03	Imobilizado	1.317.098	1.344.399	1.349.473
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.291.157	1.309.261	1.319.595
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	25.941	35.138	29.878
1.02.04	Intangível	26.862	27.337	28.025
1.02.04.01	Intangíveis	26.862	27.337	28.025
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Utilização do Bem Público - UBP	13.605	14.252	14.901
1.02.04.01.03	Intangível em Serviço	700	515	662

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.04.01.04	Intangível em Curso	12.557	12.570	12.462

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	1.402.059	1.418.978	1.444.131
2.01	Passivo Circulante	188.489	177.754	166.790
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.365	1.324	758
2.01.01.01	Obrigações Sociais	102	210	192
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.263	1.114	566
2.01.02	Fornecedores	3.220	2.029	3.270
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.220	2.029	3.270
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.561	34.487	40.515
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.442	34.455	40.163
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	34.833	30.410	29.981
2.01.03.01.02	Outros	4.609	4.045	10.182
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	58	19	350
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	61	13	2
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	60.989	100.482	88.577
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	60.989	66.490	55.268
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	60.989	66.490	55.268
2.01.04.02	Debêntures	0	33.992	33.309
2.01.05	Outras Obrigações	74.823	30.265	33.670
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	54.752	0	0
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	49.233	0	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.519	0	0
2.01.05.02	Outros	20.071	30.265	33.670
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.011	26.496	29.318
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	3.634	3.370	3.996
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	158	144	133
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	268	255	223
2.01.06	Provisões	8.531	9.167	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12	0	0
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	12	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.01.06.02	Outras Provisões	8.519	9.167	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.519	9.167	0
2.02	Passivo Não Circulante	128.101	219.866	294.268
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	75.113	123.617	214.712
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	75.113	123.617	182.395
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	75.113	123.617	182.395
2.02.01.02	Debêntures	0	0	32.317
2.02.02	Outras Obrigações	37.987	82.081	77.609
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	132	48.909	43.220
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	38	44.015	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	94	4.894	0
2.02.02.02	Outros	37.855	33.172	34.389
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	41	17	0
2.02.02.02.05	Uso do bem público	37.814	33.155	34.389
2.02.04	Provisões	15.001	14.168	1.947
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.337	5.449	1.269
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.746	1.050	444
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	243	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.348	4.399	825
2.02.04.02	Outras Provisões	8.664	8.719	678
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.664	8.719	678
2.03	Patrimônio Líquido	1.085.469	1.021.358	983.073
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	266.708	202.426	106.019
2.03.04.01	Reserva Legal	21.987	17.772	11.450
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.085	90.085	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	60.067	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	58.122
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-171	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	200.353	190.500	214.704
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-47.343	-44.981	-44.626
3.02.01	Custo com energia elétrica	-1.426	-1.312	-1.339
3.02.02	Custo de operação	-45.917	-43.669	-43.287
3.03	Resultado Bruto	153.010	145.519	170.078
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.812	-16.499	-16.358
3.04.01	Despesas com Vendas	-84	-304	-331
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.914	-14.568	-15.205
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-11.697	-14.369	-14.800
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-217	-199	-405
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.814	-1.627	-822
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	139.198	129.020	153.720
3.06	Resultado Financeiro	-24.017	-31.356	-24.636
3.06.01	Receitas Financeiras	6.255	7.059	7.210
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.272	-38.415	-31.846
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.181	97.664	129.084
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.877	-29.350	-29.717
3.08.01	Corrente	-33.743	-30.496	-29.977
3.08.02	Diferido	2.866	1.146	260
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.304	68.314	99.367
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	84.304	68.314	99.367
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	54,83000	44,43000	64,63000
3.99.01.02	PNA	2,22000	1,80000	2,62000
3.99.01.03	PNB	0,70000	0,57000	0,83000
3.99.01.04	PNC	14,61000	11,84000	17,22000
3.99.01.05	PNR	34,84000	28,23000	41,06000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.99.02.01	ON	54,83000	44,43000	64,63000
3.99.02.02	PNA	2,22000	1,80000	2,62000
3.99.02.03	PNB	0,70000	0,57000	0,83000
3.99.02.04	PNC	14,61000	11,84000	17,22000
3.99.02.05	PNR	34,84000	28,23000	41,06000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	84.304	68.314	99.367
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-171	0	0
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	-260	0	0
4.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	89	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	84.133	68.314	99.367

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	138.691	136.100	146.622
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	187.728	160.823	189.965
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.181	97.664	129.084
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	9	0	1
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	36.699	35.848	35.894
6.01.01.05	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	14.029	636	90
6.01.01.06	Despesas pagas antecipadamente	846	-825	368
6.01.01.07	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11.558	22.846	18.992
6.01.01.08	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	8.204	1.937	4.309
6.01.01.09	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	2.094	1.624	581
6.01.01.10	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	791	1.033	0
6.01.01.11	Ajuste a valor presente	2.972	0	0
6.01.01.12	Encargos regulamentares e setoriais - provisão a atualização monetária	65	60	60
6.01.01.13	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	0	0	-44
6.01.01.14	Outros	-4.720	0	630
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-49.037	-24.723	-43.343
6.01.02.01	Concessionárias	-54	-17	-8.113
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-8.501	-230	1.343
6.01.02.03	Cauções e depósitos vinculados	-573	342	-380
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	-785	418	-313
6.01.02.05	Outros ativos operacionais	-99	-30	41
6.01.02.06	Rendas a receber	-4.881	18.639	0
6.01.02.07	Fornecedores	1.191	-1.241	1.202
6.01.02.08	Outros tributos e contribuições sociais	9.885	-13.269	-1.523
6.01.02.09	Benefício pós-emprego	-4	0	0
6.01.02.10	Encargos regulamentares e setoriais	-27	-32	-1.351
6.01.02.11	Obrigações estimadas com pessoal	41	566	0
6.01.02.12	Uso do bem público	-3.281	-3.797	0
6.01.02.13	Provisões	-6.346	-746	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-30.920	-25.358	-33.911
6.01.02.15	Estoques	-4.696	0	0
6.01.02.16	Outros passivos operacionais	13	32	-338
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.549	-11.246	-12.198
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-19.549	-11.246	-12.198
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-119.740	-127.094	-136.366
6.03.01	Partes relacionadas	5.975	5.689	0
6.03.02	Aumento (redução) de capital	0	0	6.977
6.03.03	Dividendos pagos	-23.896	-30.747	-24.182
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10.000	10.000	0
6.03.05	Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e enc.	-111.819	-112.036	-119.161
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-598	-2.240	-1.942
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.912	6.152	8.094
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.314	3.912	6.152

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-20.022	0	-20.022
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.722	0	-1.722
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.300	0	-18.300
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.304	-171	84.133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	84.304	0	84.304
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-171	-171
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	89	89
5.05.02.08	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-260	-260
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	64.282	-64.282	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	4.215	-4.215	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	60.067	-60.067	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	266.708	0	-171	1.085.469

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-30.029	0	-30.029
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.029	0	-15.029
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-15.000	0	-15.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.314	0	68.314
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.314	0	68.314
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	96.407	-96.407	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	6.322	-6.322	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	90.085	-90.085	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	730.849	14.473	47.923	53.851	0	847.096
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	730.849	14.473	47.923	53.851	0	847.096
5.04	Transações de Capital com os Sócios	73.610	0	0	-37.000	0	36.610
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-37.000	0	-37.000
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital - AGEO de 07/04/2009	73.610	0	0	0	0	73.610
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.367	0	99.367
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.367	0	99.367
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	58.096	-58.096	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	4.755	-4.755	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	53.341	-53.341	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	220.830	209.974	236.670
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	220.839	209.978	236.671
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9	-4	-1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.322	-15.285	-15.850
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-129	-112	-85
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.263	-10.533	-11.095
7.02.04	Outros	-930	-4.640	-4.670
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-1.297	-1.200	-1.253
7.02.04.02	Outros custos operacionais	367	-3.440	-3.417
7.03	Valor Adicionado Bruto	206.508	194.689	220.820
7.04	Retenções	-34.929	-35.848	-35.894
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.929	-35.848	-35.894
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	171.579	158.841	184.926
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.255	7.059	7.210
7.06.02	Receitas Financeiras	6.255	7.059	7.210
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	177.834	165.900	192.136
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	177.834	165.900	192.136
7.08.01	Pessoal	9.541	8.066	7.027
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.936	6.358	5.510
7.08.01.02	Benefícios	1.100	1.290	1.102
7.08.01.03	F.G.T.S.	505	418	415
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.254	50.741	53.277
7.08.02.01	Federais	53.126	50.531	53.252
7.08.02.02	Estaduais	22	189	16
7.08.02.03	Municipais	106	21	9
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.735	38.779	32.465
7.08.03.01	Juros	30.273	38.415	31.846
7.08.03.02	Aluguéis	462	364	619
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	84.304	68.314	99.367

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.300	15.000	37.000
7.08.04.02	Dividendos	1.722	15.029	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	64.282	38.285	62.367

Relatório da Administração

Relatório da Administração 2011

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõe a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A. opera e mantém a UHE Lajeado, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. Em 2011, foi atingido o recorde de geração dos anos de 2002 a 2010, com 5.139 GWh, aproximadamente 11,41% acima da energia assegurada anual de 4.613 GWh. A Usina apresentou um índice de disponibilidade médio anual de 87,4%, fechando o mês de dezembro com uma disponibilidade mensal de 98,31% bem acima da disponibilidade exigida no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Investco S.A. registrou uma Receita Operacional Bruta de R\$221 milhões em 2011 e R\$210 milhões em 2010, o que representa um aumento de 5,2%, o acréscimo verificado de R\$10,8 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste), sobre o cálculo do arrendamento de 2009. Cabe ressaltar que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos estão inclusos a remuneração dos custos operacionais. O endividamento financeiro, composto de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, que era de R\$224,1 milhões em 2010 (Sendo que R\$80,8 milhões correspondem a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) passou a ser R\$136,1 milhões em 2011 (R\$79,1 milhões referente a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39), decorrente da amortização do período que resultou na redução de 39,3%.

O EBTIDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) aumentou 5,6% em relação ao ano de 2010, passando de R\$164,9 milhões para R\$174,1 milhões, em decorrência da aplicação do CA sobre o arrendamento, representando 0,4% de aumento sobre a receita líquida. O resultado do serviço aumentou 7,9% passando de R\$129,0 milhões em 2010 para R\$139,2 milhões em 2011, influenciado principalmente pelo aumento da Receita Operacional Bruta. O Lucro da empresa teve um aumento de 23,4% passando de R\$68 milhões para R\$84 milhões. Os Investimentos em 2011 foram de R\$23,2 milhões, sendo R\$16,3 milhões referentes a Investimentos em Máquinas e Equipamentos (retrofit de transformador), além disso, foram investidos R\$1,2 milhão em programas ambientais, R\$0,9 milhão em regularizações de terrenos, R\$1,0 milhão em obras civis e R\$3,6 milhões em Licenças Ambientais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

A Investco S.A., como uma das maiores empresas do Tocantins, tem uma importante função como promotora do equilíbrio social, econômico e ambiental no estado. A gestão da responsabilidade sócio-ambiental no último ano, baseada na interação com a comunidade, no incentivo à educação e na valorização da cultura local, trilha um caminho que incentiva o desenvolvimento econômico sustentável e a conservação dos recursos naturais. Os investimentos sócio-ambientais da Investco S.A. focam o uso múltiplo do reservatório da Usina e o desenvolvimento das comunidades do entorno. Com parcerias com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino, diversos projetos foram executados e mais de 25 mil pessoas foram beneficiadas.

Relatório da Administração

Relatório da Administração 2011

Canais de Diálogo com a Comunidade

Central de Atendimento – Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco S.A. mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 6463443. Pelo número, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos. Além disso, o diálogo permanente é uma ótima forma de promover a troca de conhecimentos e experiências, melhorando sempre nosso processo de gestão empresarial.

Site – Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa, a Usina e setor elétrico, de forma geral.

Publicações em Jornais e Diário Oficial – Por meio dos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE (Diário Oficial do Estado), a Investco S.A. amplia o alcance da comunicação, promovendo o diálogo com diversos públicos, e não somente com a comunidade do entorno. Usualmente, essa forma de comunicação é utilizada para divulgar as ações realizadas pela Investco S.A..

Divulgação em rádio – Mesmo na era da internet, o rádio ainda é a ferramenta de comunicação com maior alcance, atingindo todas as camadas sociais e chegando aos locais mais remotos do país. Ciente disso, a Investco S.A. utiliza rádios regionais e locais para divulgar ações que são desenvolvidas pela empresa. Entre os temas, além de eventos realizados pela Investco S.A., estão dicas de conservação do meio ambiente.

Comerciais Televisivos – Outro veículo que atinge grande parte da população é a televisão. No último ano a Investco S.A. veiculou comerciais em duas emissoras: TV Globo e TV Record. Os temas foram o Circuito Cultural e Esportivo Investco S.A. e o Fórum do Lago (conferir itens mais abaixo). Para que um maior número de pessoas assistisse aos vídeos, as gravações foram ao ar mais de cem vezes entre os meses de agosto e novembro.

Atendimentos Coletivos e Individuais – Trata-se de uma ferramenta que vem sendo a cada dia mais procurada pela comunidade. Após solicitação por telefone, e-mail ou fax, a Investco S.A. recebe grupos de visitantes na Usina, acompanhados por técnicos da área de comunicação, meio ambiente ou operação e manutenção, de acordo com o perfil do visitante. Na ocasião, os visitantes assistem a uma palestra sobre as ações da empresa e o funcionamento da Usina, além de verem de perto as instalações da UHE. No último ano, milhares de pessoas de diferentes locais do país conheceram a Usina.

Projetos com foco na Educação

EDP nas Escolas - A Investco S.A., por meio do Instituto EDP, desenvolve o Programa EDP nas Escolas, iniciativa social que contribui para o desenvolvimento do aluno e para a melhoria na qualidade do ensino fundamental em escolas públicas. No Tocantins, são 280 alunos beneficiados, no município de Lajeado, por meio da distribuição de kits escolares, concurso de Arte com Energia, campanha da saúde bucal, teatro nas escolas, além do apoio a projetos que já fazem parte do calendário de atividades das instituições de ensino.

Projeto de Educação Ambiental

Circuito Cultural e Esportivo Investco - O circuito busca a conscientização ambiental e os usos múltiplos do reservatório de forma sustentável, sempre através de uma gestão participativa, por meio de atividades de educação ambiental, oficinas, cultura, esporte e lazer. Na nona edição, em 2011, o Circuito Cultural e Esportivo Investco atingiu mais de 20 mil pessoas. A programação contou com a companhia de Teatro a Bordo, com as apresentações das peças Amigo Folharal, Bufonarias II e A Água que fugiu do Lago, além de manifestações culturais da cidade e sessão de filmes curta metragem. Do lado esportivo a canoagem foi muito disputada, com a participação de atletas da Delegação Brasileira de Canoagem, além de provas voltadas à participação ativa de triatletas, e da realização do Enduro a Pé Corporativo.

Premio EDP nas Artes - A Investco S.A. e o Instituto EDP trouxeram para Palmas a capacitação de jovens artistas para participação do Premio EDP nas Artes. A capacitação foi realizada com fotógrafos, artesões e artistas plásticos. O propósito do curso foi a atualização de 30 jovens artistas tocantinenses.

Projetos Socioambientais, patrocinados a partir de edital público

Esporte e Cidadania- Educação através do esporte (escolinha de futebol de campo e vôlei de areia) em parceria com a escola pública local e a Polícia Comunitária.

CEDECA - A parceria com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone – CEDECA desenvolve o projeto **Candeia**, o qual visa a promoção de ações que assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência, respeitando os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as diretrizes estabelecidas pela VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Relatório da Administração

Relatório da Administração 2011

Zig-Zag - Promoção da inclusão social de adolescentes e jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, assegurando o seu desenvolvimento integral e o pleno direito à cidadania através da qualificação profissional na área de corte e costura, da formação humana e cristã, do lazer, do esporte, da cultura e da educação, realizado pelo Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco.

COMSAÚDE - O projeto Educando e Capacitando a Comunidade, visa desenvolver 565 crianças e adolescentes do município de Porto Nacional, por meio de atividades sócio culturais, educacionais e geração de renda.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Companhia informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2011, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da Instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos senhores Acionistas, Conselheiros, Clientes, Governos Federal, Estadual e Municipal, Fornecedores, Prestadores de serviços, Credores e em especial aos Colaboradores, por mais um ano de realizações.

Relatório da Administração

Relatório da Administração 2011

Balanco Social Anual / 2011

Empresa: Investco



1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	200.353			190.500		
Resultado operacional (RO)	115.181			97.664		
Folha de pagamento bruta (FPB)	8.336			8.071		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	623	7,48%	0,31%	719	8,91%	0,38%
Encargos sociais compulsórios	2.116	25,39%	1,06%	1.910	23,66%	1,00%
Previdência privada	47	0,57%	0,02%	17	0,21%	0,01%
Saúde	409	4,91%	0,20%	508	6,29%	0,27%
Segurança e saúde no trabalho	30	0,36%	0,01%	30	0,37%	0,02%
Educação	26	0,31%	0,01%	16	0,20%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	147	1,77%	0,07%	126	1,56%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	14	0,17%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	447	5,36%	0,22%	908	11,25%	0,48%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	24	0,29%	0,01%	17	0,21%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	3.885	46,60%	1,94%	4.251	52,67%	2,23%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	45	0,04%	0,02%	196	0,20%	0,10%
Cultura	200	0,17%	0,10%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	135	0,12%	0,07%	103	0,11%	0,05%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	380	0,33%	0,19%	299	0,31%	0,16%
Tributos (excluídos encargos sociais) ²	51.727	44,91%	25,82%	49.229	50,41%	25,84%
Total - Indicadores sociais externos	52.107	45,24%	26,01%	49.528	50,71%	26,00%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.782	5,02%	2,89%	1.450	1,48%	0,76%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	5.782	5,02%	2,89%	1.450	1,48%	0,76%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011			2010		
Nº de empregados(as) ao final do período ²	77			90		
Nº de admissões durante o período	9			3		
Nº de empregados(as) terceirizados(as) 1	38			0		
Nº de estagiários(as)	0			2		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	14			15		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	15			17		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17%			14%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2			2		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011			Metas 2012		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	14,3			14,3		
Número total de acidentes de trabalho	1			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizar e incentivar
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 177.834			Em 2010⁽¹⁾: 165.900		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	30 % governo 5 % colaboradores(as) 11% acionistas 17 % terceiros 37 % retido			3% governo 5% colaboradores(as) 18% acionistas 23% terceiros 23% retido		
7 - Outras Informações	(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.					
(1) O Resultado Operacional (RO), do exercício de 2010, foi alterado devido a reclassificação nas Demonstrações de Resultados da rubrica Outros Resultados para a rubrica Outras Despesas e Receitas Operacionais. O valor de Tributos (excluídos encargos sociais) e Valor Adicionado Total a Distribuir, do exercício de 2010, foram alterados devido a reclassificação nas Demonstrações do Valor Adicionado dos créditos de PIS/COFINS da rubrica Impostos, Taxas e Contribuições, em Distribuição do Valor Adicionado, para as rubricas que deram origem a estes créditos, em Geração do Valor Adicionado.						
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.						
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.						
Informações não auditadas.						
Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).						

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão).

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 701,4 MW.

Da potência e energia asseguradas, a Companhia deverá destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Companhia não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Investco titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no Contrato de Concessão.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no Contrato de Concessão, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.351, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 5)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Estoques (Nota 7)

Os materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

e) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

g) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h) Licenças Ambientais (Notas 11 e 19)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

i) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

j) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

l) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 14 e 15)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

m) Provisões (Nota 19)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

n) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 8 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados, a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

p) Benefícios pós-emprego (Nota 20)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 20.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

q) Uso do Bem Público (Nota 17)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

r) Capital social (Nota 21)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

s) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

t) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

u) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais e plano de Benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

v) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

w) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

x) Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

y) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis a Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes.

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros - divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros – classificação e mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

IFRS 13 - Mensuração ao valor justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010

2.4.1 Demonstração do resultado

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010:

Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS anteriormente classificados na rubrica de Despesas gerais e administrativas no montante de R\$1.918 para as rubricas de Materiais e serviços de terceiros no montante de R\$1.416 e Depreciações e amortizações no montante de R\$502.

Fiança bancária: reclassificação das despesas com fiança bancária da rubrica Despesas gerais e administrativas para Despesas financeiras no montante de R\$137.

2.4.2 Demonstração do fluxo de caixa

Em 2010 a Demonstração do fluxo de caixa era apresentada a partir do Lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para um melhor alinhamento com a divulgação no modelo da CVM.

2.4.3 Demonstração do valor adicionado

Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:

(i) Créditos de PIS/COFINS no valor de R\$2.051 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.

(ii) Fiança bancária no valor de R\$317 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	3.314	3.912
Total	<u>3.314</u>	<u>3.912</u>

4 Concessionárias

	Saldos vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	460		460	445
Energia de curto prazo	63		63	41
Encargos de uso da rede elétrica	59		59	51
	<u>582</u>	-	<u>582</u>	<u>537</u>
Total Circulante	<u>582</u>	-	<u>582</u>	<u>537</u>
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	14	(14)	-	-
	<u>14</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total Não Circulante	<u>14</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

5 Rendas a receber

O saldo de R\$16.870 em 31 de dezembro de 2011 (R\$11.989 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado, Paulista Lajeado Energia e Lajeado Energia, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a. sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	22.074	21.514
PIS e COFINS	101	92
PIS e COFINS - COSIT 27		2.086
IRRF sobre aplicações financeiras	285	509
Outros	8	
Total	22.468	24.201
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	34.834	30.410
ICMS sobre diferencial de alíquota	57	19
PIS e COFINS	1.706	1.620
ISS	61	13
PIS, COFINS e CS - sobre serviços prestados por terceiros	30	33
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	18	11
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.600	2.105
Outros	255	276
Total	39.561	34.487

A movimentação dos Impostos e contribuições sociais no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Constituição / Provisão	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2011
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	21.514			21.763	(1.364)		(19.839)	22.074
PIS e COFINS	92	1.921				(86)	(1.826)	101
PIS e COFINS - COSIT 27	2.086	110	72		(2.260)		(8)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	509	285					(509)	285
Outros		8						8
Total	24.201	2.324	72	21.763	(3.624)	(86)	(22.182)	22.468
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	30.410	33.743		(9.158)		(322)	(19.839)	34.834
ICMS sobre diferencial de alíquota	19	202		(164)				57
PIS e COFINS	1.620	15.309		(10.635)	(3.994)		(594)	1.706
ISS	13	240		(192)				61
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	33	481		(484)				30
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	11	142		(135)				18
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.105	2.600		(2.105)				2.600
Outros	276	1.108		620			(1.749)	255
Total	34.487	53.825	-	(22.253)	(3.994)	(322)	(22.182)	39.561

6.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2011 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 21.2) liquidado em janeiro de 2012. Neste exercício foi retido o montante de R\$2.600.

7 Estoques

O valor de R\$4.696, refere-se a itens de peças e materiais de manutenção inventariados e valorizados a valor de mercado no qual a Companhia, através de Reunião de Diretoria em 19 de julho de 2011, deliberou a implementação de controle através de estoque, com o objetivo de criar controles analíticos adequados que permitam otimizar o sistema de controle interno.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

8.1 Ativo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	Resultado					
		31/12/2011			31/12/2010		
		IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14	4	1	5	-	5	
Benefício pós-emprego	260	65	24	89	-		
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	2.490	622	224	846	-	846	
Total diferenças temporárias		691	249	940	-	851	-
Diferenças Temporárias - RTT							
Licenças Ambientais - CPC 25	(1.077)	(270)	(97)	(367)	1	(369)	
Uso do Bem Público - CPC 25	27.843	6.960	2.505	9.465	1.346	8.119	(6.529)
Instrumentos financeiros - CPC 39	(5.579)	(1.395)	(503)	(1.898)	3.838	(5.735)	7.675
Total diferenças temporárias - RTT		5.295	1.905	7.200	5.185	2.015	1.146
Total Ativos Diferidos		5.986	2.154	8.140	5.185	2.866	1.146

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$2.866, e a crédito de Patrimônio líquido em R\$89.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, estudo técnico da projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Total
1.265	329	329	329	329	987	4.572	8.140

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 22, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2011	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	1/8/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	126,84	148	133			1.467	1.285
	Bandeirante	1/8/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	4	19			40	206
Rendas a receber										
	Lajeado Energia	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		12.045	7.402			142.059	135.059
Arrendamento UHE Lajeado	CEB Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.574	3.398			38.920	37.003
	Paulista Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.251	1.189			13.622	12.951
					17.022	12.141	-	-	196.108	186.504

Partes relacionadas

Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				87		(964)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				8		(85)	
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	1/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				38		(153)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.518	4.894	(622)	(389)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				49.233	44.015	(5.204)	(3.799)
					-	-	54.884	48.909	(7.028)	(4.188)
				Total	17.022	12.141	54.884	48.909	189.080	182.316

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP – Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) o contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, trata a distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet* .

b) O contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, trata a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuído pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

9.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP Energias do Brasil S.A. que é sua Controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta, CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas minoritárias.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Remuneração Fixa de 100% para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.

9.3.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	3 (*)	7 (**)	5 (***)	15
Remuneração fixa	114.005	314.971	108.000	536.976
Salário ou pró-labore	95.004	234.636	90.000	419.640
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	26.902	n/a	26.902
Encargos sociais	19.001	53.433	18.000	90.434
Valor Total da remuneração, por órgão	114.005	314.971	108.000	536.976

(n/a) = Não Aplicável

(*) Dos 3 membros do Conselho de Administração, apenas 1 é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é até R\$200.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Dos 7 membros da Diretoria, apenas 2 são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$300.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(***) Todos os 5 membros do Conselho Fiscal são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é até R\$108.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

9.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2011 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	3	7	5
Valor da maior remuneração individual	6.334	17.927	1.800
Valor da menor remuneração individual	6.334	8.321	1.800
Valor médio de remuneração individual	4.750	12.114	1.800

10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Não circulante	
		31/12/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais	19	1.193	620
Total		1.193	620

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Imobilizado

	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.035	(125.435)	562.600	2,00	682.792	(111.733)	571.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,75	340.614	(77.998)	262.616	3,85	340.221	(70.195)	270.026
Máquinas e equipamentos	6,90	429.024	(112.199)	316.825	6,24	418.969	(101.729)	317.240
Veículos	20,00	903	(851)	52	20,00	903	(783)	120
Móveis e utensílios	10,00	1		1	7,12	1		1
		1.573.095	(316.483)	1.256.612		1.557.404	(284.440)	1.272.964
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,50	45.270	(11.943)	33.327	3,47	45.766	(10.583)	35.183
		45.270	(11.943)	33.327		45.766	(10.583)	35.183
Administração								
Máquinas e equipamentos	9,98	1.362	(887)	475	9,98	1.277	(790)	487
Veículos	20,00	659	(150)	509	20,00	420	(42)	378
Móveis e utensílios	10,00	539	(305)	234	10,00	505	(256)	249
		2.560	(1.342)	1.218		2.202	(1.088)	1.114
Total do Imobilizado em serviço		1.620.925	(329.768)	1.291.157		1.605.372	(296.111)	1.309.261
Imobilizado em curso								
Depósitos Judiciais (Nota 19.1.1.2)		14.209		14.209		13.308		13.308
Outros		11.732		11.732		21.830		21.830
Total do Imobilizado em curso		25.941	-	25.941		35.138	-	35.138
Total do Imobilizado		1.646.866	(329.768)	1.317.098		1.640.510	(296.111)	1.344.399

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido		Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificações	Valor líquido	
	31/12/2010	Aquisições					31/12/2011	
Imobilizado em serviço								
Terrenos	114.518						114.518	
Reservatórios, barragens e adutoras	571.059		6.144	(13.702)	(901)		562.600	
Edificações, obras civis e benfeitorias	270.026		393	(7.803)			262.616	
Máquinas e equipamentos	352.910		25.020	(14.104)	(13.088)	(111)	350.627	
Veículos	498		239	(176)			561	
Móveis e utensílios	250		33	(49)	1		235	
Total do imobilizado em serviço	1.309.261	-	31.829	(35.834)	(13.988)	(111)	1.291.157	
Imobilizado em curso								
Depósitos judiciais	13.308	901					14.209	
Outros	21.830	22.178	(31.952)		(258)	(66)	11.732	
Total do Imobilizado em curso	35.138	23.079	(31.952)	-	(258)	(66)	25.941	
Total do Imobilizado	1.344.399	23.079	(123)	(35.834)	(14.246)	(177)	1.317.098	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

12 Intangível

	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	899	(617)	282	20,00	779	(452)	327
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(6.533)	13.605	2,92	20.138	(5.886)	14.252
		21.037	(7.150)	13.887		20.917	(6.338)	14.579
Transmissão								
Servidão permanente		111		111				
		111	-	111		-	-	-
Administração								
Software	20,00	414	(107)	307	20,00	244	(56)	188
		414	(107)	307		244	(56)	188
Total do Intangível em Serviço		21.562	(7.257)	14.305		21.161	(6.394)	14.767
Intangível em curso								
Geração		12.461		12.461		12.453		12.453
Administração		96		96		117		117
Total do Intangível em Curso		12.557	-	12.557		12.570	-	12.570
Total do Intangível		34.119	(7.257)	26.862		33.731	(6.394)	27.337

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Valor líquido	Transf. intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido
	31/12/2010					Ingressos
Intangível em serviço						
Software	515	292	(217)	(1)		589
Servidão permanente					111	111
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP (Nota 17)	14.252		(648)	1		13.605
Intangível em curso	12.570	91	(169)	(1)	66	12.557
Total do Intangível	27.337	91	(865)	(1)	177	26.862

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.557, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

13 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Encargos de uso da rede elétrica	145	158
Materiais e serviços	3.075	1.871
Total	3.220	2.029

14 Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e fariam jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto, a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

Em 31 de outubro de 2011, ocorreu a liquidação das debêntures.

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Juros provisionados	Custos de transação	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante							
Debêntures	33.992	2.589	24	1.669	(34.938)	(3.336)	
	33.992	2.589	24	1.669	(34.938)	(3.336)	-

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição dos empréstimos

	Custo da dívida	31/12/2011			31/12/2010		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
			Circulante	Circulante		Não circulante	Circulante
Ações recebíveis cumulativas	3,0% a.a.		4.012	75.113		4.014	76.861
Cédula de Crédito Bancário	106% do CDI	36	10.000		9	10.000	
Banco da Amazônia	11,5% a.a				4	637	
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	185	46.756		390	51.419	46.756
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.					17	
Total		221	60.768	75.113	403	66.087	123.617

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos Acionistas da Companhia e dos seus controladores, celebrado em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$28.173.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$18.768.

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 11,5% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 10 de janeiro de 2011 em parcela única.

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a. O pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008, o bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 14 de março de 2011 em parcela única.

Cédula de Crédito Bancário

(i) Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R\$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 30 de março de 2011 em parcela única.

(ii) Em 20 de dezembro de 2011, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. no valor de R\$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 107% do CDI, com pagamento no final do contrato. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 era de R\$10.036.

Ações recebíveis cumulativas

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente através de uma taxa de desconto de 8,70% a.a., equivalente a uma taxa média de financiamento de mercado.

Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional
Circulante	
2012	60.989
	<u>60.989</u>
Não circulante	
2013	4.720
2014	4.342
2015	3.995
2016	3.675
2017	3.381
2018	3.110
2019	2.861
2020	2.632
Após 2020	46.397
	<u>75.113</u>
Total	<u>136.102</u>

A mutação dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício é a seguinte:

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Valor total em	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Variação monetária e cambial	Valor total em
	31/12/2010								31/12/2011
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	66.490	10.000	(66.785)	(7.467)	7.285	51.476		(10)	60.989
	<u>66.490</u>	<u>10.000</u>	<u>(66.785)</u>	<u>(7.467)</u>	<u>7.285</u>	<u>51.476</u>		<u>(10)</u>	<u>60.989</u>
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	123.617					(51.476)	2.972		75.113
	<u>123.617</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(51.476)</u>	<u>2.972</u>	<u>-</u>	<u>75.113</u>

16 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	48	41		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	108	102	41	17
Taxa de fiscalização - ANEEL	2	1		
Total	<u>158</u>	<u>144</u>	<u>41</u>	<u>17</u>

16.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 23).

17 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará a caducidade da concessão. Em 31 de dezembro de 2011 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tido ocorrido no período atrasos de pagamentos.

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.370	33.155
Ajuste a valor presente		(2.204)
Encargos e atualizações monetárias	1.275	9.133
Amortizações	(3.281)	
Transferência para o circulante	2.270	(2.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>3.634</u>	<u>37.814</u>

18 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	1.263	1.114
INSS e FGTS	102	210
Total	<u>1.365</u>	<u>1.324</u>

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

19 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			6.094	5.449
Licenças ambientais	8.519	9.167	8.664	8.719
Total	<u>8.519</u>	<u>9.167</u>	<u>14.758</u>	<u>14.168</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.1 Provisões Cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo			
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações Monetárias	Depósito Judicial (Nota 10)		
							Saldo em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.051	1.791	(171)	(97)	172	2.746	771	494
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.398	1.095	(1.061)	(1.463)	379	3.348		
Total		5.449	2.886	(1.232)	(1.560)	551	6.094	771	494
Circulante									
Não circulante		5.449					6.094		
Total		5.449					6.094		

As reversões incluem R\$1.125 de provisões consideradas excessivas face a perspectiva de desembolso efetiva.

19.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

19.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.209 (R\$13.308 em 31 de dezembro de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 11).

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		31/12/2011	31/12/2010	Depósito Judicial (Nota 10)	
				31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	335	275	317	83
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	83.112	69.576	38	37
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	778	179		
Total		84.225	70.030	355	120

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas no item 19.1.1.2 - Indenizações.

19.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011 é de R\$67 (R\$6 em 31 de dezembro de 2010), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 10).

19.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$17.183 em 31 de dezembro de 2011 (R\$17.886 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A partir do dia 31 de dezembro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 1.015, a Companhia passou a patrocinar à EnerPrev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. A implantação ocorreu em Março de 2011.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$22.
Esse plano tem a adesão de 14 colaboradores.

20.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

	31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante
Assistência médica e seguro de vida	8	243
Previdência Privada - EnerPrev	4	
	<u>12</u>	<u>243</u>

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada para a data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano.

	31/12/2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	-	-
Custo do serviço corrente	(158)	(158)
Custo dos juros	(89)	(89)
Custo do serviço passado	(298)	(298)
Custo especial por término de benefício	554	554
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	<u>(260)</u>	<u>(260)</u>
Saldo final reconhecido	<u>(251)</u>	<u>(251)</u>
Custo do serviço passado não reconhecido	<u>(425)</u>	-
Valor presente das obrigações atuariais	<u>(676)</u>	<u>(251)</u>

A Companhia reconheceu imediatamente os custos do serviço passado da parcela deste benefício, cujo direito a utilização já se encontra adquirida pelos beneficiários do plano, e irá reconhecer como despesa linear no prazo médio de 22 anos os custos do serviço passado não reconhecidos que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados.

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o exercício de 2012 são de R\$8.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado de 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	31/12/2011
Custo do serviço corrente	158
Custo dos juros	89
Custo do serviço passado	298
Custo especial por redução de benefício	<u>(554)</u>
Total	<u>(9)</u>

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$171 (Nota 21.3.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica Lei nº 9.656/98	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	2.172	2.912	1.650
Custo do serviço e Custo dos juros	260	412	151

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2011
Taxa de desconto	10,25% a.a.
Inflação médica de longo prazo	11%a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6%a.a. até 2023
Inflação	4,50% a.a.
Demográficas	
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2010:

Acionistas	31/12/2011											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros	402.202	100,00	255.560	100,00	206	1,25	5.156	100,00	71.252	66,47	71.458	9,09
					16.289	100,00			107.199	100,00	786.406	100,00

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 15), porém estão apresentadas no quadro anterior para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 21.2).

21.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- a) 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;

f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e

g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante bruto de R\$18.300, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido apurado no exercício	84.304
Constituição da reserva legal - 5%	(4.215)
	<u>80.089</u>
Destinação do lucro:	<u>80.089</u>
Dividendos intermediários - JSCP	18.300
Dividendos complementares do exercício	1.722
Constituição da reserva de retenção de lucros	<u>60.067</u>
Quantidade de ações	<u>786.406.270</u>
Dividendos por ação - JSCP - ordinária	0,025993
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "A"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "B"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "C"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "R"	0,012230
Dividendos por ação ordinária	0,004282

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21.3 Reservas

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	14.473	14.473
	<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Outros resultados abrangentes		
Perda / Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(260)	
IRPJ/CSLL Diferido	89	
	<u>(171)</u>	<u>-</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	21.987	17.772
Reserva de retenção de lucros	150.152	90.085
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
	<u>266.708</u>	<u>202.426</u>
Total	<u>281.010</u>	<u>216.899</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2011
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		(260)	89	(171)
	-	(260)	89	(171)

21.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.4 Ações preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

22 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2011	31/12/2010
Lajeado Energia S.A.	9.684	16.175
EDP - Energias do Brasil S.A.		508
CEB Lajeado S.A.	2.653	4.415
Paulista Lajeado Energia S.A.	929	1.545
COPEL - Companhia Paranaense de Energia		91
Furnas Centrais Elétricas S.A.		23
Acionistas não controladores	2.745	3.739
Total	16.011	26.496

23 Receitas

	MWh (*)		R\$	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento de Energia elétrica	44.692	44.692	5.414	5.020
Energia de curto prazo			331	460
Total Fornecimento e suprimento	44.692	44.692	5.745	5.480
Arrendamento			214.437	203.871
Outras receitas operacionais			657	627
(-) Deduções à receita operacional				
P&D			(58)	(55)
PIS/COFINS			(20.428)	(19.423)
	44.692	44.692	200.353	190.500

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24 Gastos operacionais

	2011					2010	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total	Total Reclassificado
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	129					129	112
Encargos de uso da rede elétrica	1.297					1.297	1.200
Taxa de fiscalização					17	17	16
Compensações financeiras					237	237	198
	1.426	-	-	-	254	1.680	1.526
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.423		5.646		11.069	9.578
Material		522		223		745	720
Serviços de terceiros		5.169		7.348		12.517	9.813
Depreciação		34.054		10		34.064	35.001
Amortização		658		207		865	847
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			9			9	4
Provisões para contingências					1.543	1.543	1.413
Aluguéis e arrendamentos		34		428		462	364
Outras		57		(1.948)	17	(1.799)	2.214
	-	45.917	84	11.914	1.560	59.475	59.954
Total	1.426	45.917	84	11.914	1.814	61.155	61.480

25 Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.069	1.776
Atualização monetária depósitos judiciais		10
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	231	307
Remuneração das ações preferenciais	4.720	4.720
Outras receitas financeiras	235	246
	6.255	7.059
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(9.964)	(20.634)
Variações monetárias moeda nacional	(1.660)	(6.428)
Atualização monetária de licenças ambientais	(790)	(1.722)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	(2.972)	(2.735)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(552)	(211)
Atualização monetária contratos de mútuo	(5.826)	(4.188)
Atualização monetária uso do bem público	(10.408)	1.085
Ajuste a valor presente uso do bem público	2.204	(3.023)
Benefícios pós-emprego	(89)	
Outras despesas financeiras	(215)	(559)
	(30.272)	(38.415)
	(24.017)	(31.356)

26 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	115.181	97.664	115.181	97.664
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(28.795)	(24.416)	(10.366)	(8.790)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(70)	(49)	(25)	(18)
Multas inadutíveis	(1)			
Despesas Inadutíveis		(56)		(20)
Gratificações a administradores	(25)		(9)	
Pesquisa e desenvolvimento		1		
Juros sobre o capital próprio	4.575	3.750	1.647	1.350
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	463	(916)	167	(330)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	920	31	338	
Adicional IRPJ	24	24		
Lei Rouanet	280	34		
FIA		55		
Despesa de IRPJ e CSLL	(22.629)	(21.542)	(8.248)	(7.808)
Alíquota Efetiva	19,65%	22,06%	7,16%	7,99%

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	<u>31/12/2011</u>
Usinas	561.349
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	2.606

28 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	Mercados idênticos Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	3.314	3.314
	3.314	3.314

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia, apresentados na nota 15, possuem como contraparte o BNDES e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao IGP-M, à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Aging	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		cenário provável					
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(403)	(403)	(95)	(189)	97	197
		(403)	(403)	(95)	(189)	97	197
Operação							
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(2.138)	(2.138)	(310)	(615)	314	631
		(2.138)	(2.138)	(310)	(615)	314	631

Os índices de CDI, IGP-M, TJLP, considerados de 11%, 4,5% e 6%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2011 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 4 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e Uso do bem público (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	Total Geral	Até 1 ano	31/12/2011			
			Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	15	136.102	60.989	13.057	10.166	51.890
Contratos de mútuos	9	54.752	54.752			
Responsabilidades com locações operacionais		108	108			
Obrigações de compra		6.538	5.864	674		
Uso do bem público	17	41.448	3.634	8.865	7.499	21.450
Licenças ambientais	19	17.183	8.519	8.664		
		<u>256.131</u>	<u>133.866</u>	<u>31.260</u>	<u>17.665</u>	<u>73.340</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2011	31/12/2010
	Valor	Valor
Aval de acionista	1.109	1.123
Bens imóveis		20.742
Bens móveis (veículo)		79
Fiança Bancária	395	33.861
Fiança Corporativa	46.755	120.000
Garantias em recebíveis	59	59
Notas Promissórias	156.000	156.000
Penhor de Ações	915.296	915.296
Penhor de Direitos	46.941	98.565
	<u>1.166.555</u>	<u>1.345.725</u>

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança Bancária, em sua totalidade, refere-se a ações judiciais.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Notas Promissórias: é um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar a soma constante no título. A nota promissória nada mais é do que uma promessa de pagamento. Para seu nascimento são necessárias duas partes, o emitente ou subscritor (devedor), criador da promissória no mundo jurídico, e o beneficiário ou tomador que é o credor do título.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Penhor de Direitos, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Penhor de Ações, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. As ações ordinárias dadas em garantia são detidas pela Lajeado Energia (73%) e pela EDP Energias do Brasil S.A. (40,78%), conforme mencionado nas notas 9.1 e 21.1.

30 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2011 foram de R\$5.782 sendo R\$5.014, capitalizados no exercício (Nota 11), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$768 em contrapartida do resultado do exercício relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

31 Eventos subsequentes

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Para o segmento de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil e a aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia não divulga projeções empresariais.

Proposta de Orçamento de Capital



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Investco S.A. planeja investir **R\$ 33.568.296,64** no biênio 2012/2013, em: i) gastos com meio ambiente, o que demonstra a preocupação da Companhia com a preservação ambiental e; ii) gastos para operação e manutenção da UHE Luis Eduardo Magalhães

Para a viabilização do plano de investimentos orçados para o biênio 2012/2013 serão utilizados recursos próprios e de terceiros, assim como aqueles consignados na Reserva de Retenção de Lucros. Desse modo, com o objetivo de dar continuidade aos investimentos em curso, a Investco propõe destinar o valor de **R\$ 32.035.785,18** para a Reserva de Retenção de Lucros, conforme orçamento de capital, cuja aprovação é submetida aos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores.

A seguir é apresentado o resumo das aplicações e origens do Programa de Investimentos (orçamento de capital):

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS BIÊNIO 2012/2013

APLICAÇÕES

Os investimentos em energia elétrica compreendem aplicações em projetos ambientais relativos a Licença de Operação da Usina e investimentos para sua Operação e Manutenção.

TOTAL R\$ 33.568.296,64

RECURSOS

Retenção de lucros 2011 R\$ 32.035.785,18

Recursos Próprios e/ou Terceiros R\$ 1.532.511,46

TOTAL R\$ 33.568.296,64

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Relatório da Administração e nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-TO

Carlos Augusto Pires
Contador CRC SP-184830/O-7 S-TO

Rosane Palharim
Contadora CRC SP-220280/O-9 S-TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, e, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como o Relatório da Administração, concluímos, por unanimidade, dos presentes, que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para sua aprovação em Assembléia Geral. Os votos se acham à disposição nos escritórios da Companhia.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JUNG KIM
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

RUBENS DOS SANTOS
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia base 31.12.2011.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia base 31.12.2011.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	